

# Bancada atual é mais conservadora

**H**oje a esquerda está na defensiva. Uma pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, embora ainda longe de concluída, mostra que o atual Congresso é bem mais conservador que o anterior. Assim, os chamados progressistas desejariam limitar ao máximo a reforma constitucional, insistindo particularmente nas cláusulas pétreas, aquelas que a própria Carta declara não serem passíveis de modificação. Já os liberais-conservadores pensam o contrário. Em plena ofensiva, pretendem mu-

dar bastante a Constituição, principalmente no que se refere às questões econômicas.

A conclusão é óbvia: para fazer prevalecer seus pontos de vista ambos os lados precisam fortalecer-se, o que farão com uma união prévia das bancadas. E não faltam os que, como o ex-presidente da própria Câmara, Ibsen Pinheiro, propõem que a união se dê ao centro, formando-se não um fiel da balança entre esquerda e direita, mas um bloco majoritário que a elas faça uma ou outra concessão. De qualquer forma, os partidos de esquerda estão bem atrás no processo de unificação.

**Planalto** — No fundo, porém, o objetivo maior da reformulação partidária é a eleição de 1994. Os gran-

des blocos, os grandes partidos serão úteis na revisão constitucional, mas vitais nas urnas do ano que vem. Afinal, será nelas que os parlamentares lutarão pela própria sobrevivência.

Como lembra o senador Epitácio Cafeteira (PDC-MA), um dos principais articuladores da fusão de seu partido com o PDS, a eleição de 1994 será muito diferente da que ocorreu em 1989 ou mesmo da realizada em 1990. Pela primeira vez desde 1950 realizam-se eleições gerais, que vão do presidente da República aos deputados estaduais, passando por governadores, senadores e deputados federais.

Isso coloca o Congresso em situação completamente diversa da que ocorreu, por exemplo, em 1989.

Era uma eleição solteira para presidente da República e os parlamentares, com mais um ano de mandato pela frente, podiam dar-se ao luxo de cruzar os braços enquanto os candidatos se digladiavam. Mais, podiam candidatar-se — mesmo sem chances — pois conservavam seus mandatos e nada os impedia de concorrerem à reeleição no ano seguinte.

Agora, nada disso ocorrerá. Quem disputar a presidência estará condenado, em caso de derrota, a permanecer fora da vida pública durante pelo menos dois anos — e assim mesmo para recomeçar tudo como prefeito ou vereador — ou quatro anos, quando haverá nova eleição parlamentar. Se fosse a situação em 1989, ao menos uma meia dúzia dos principais candida-

tos pensaria mais antes de lançar-se na aventura rumo ao Planalto. Na prática, isso significa uma drástica redução do número de candidatos, que chegou a 21 na eleição passada.

Por outro lado, a organização da campanha também mudará. “A bandeira de cada candidato, em qualquer nível, será carregada por quem disputar a presidência”, explica o senador Epitácio Cafeteira — que por isso mesmo está convencido de que Paulo Maluf acabará por renunciar à sua recém-conquistada prefeitura para disputar outra vez o Planalto. Para Cafeteira, “quem não tiver um bom candidato a presidente da República partirá em desvantagem, o que vale para o partido como para quem sonhar com uma reeleição, por exemplo”.